

**ATA DA 17ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018
REALIZADA EM SETE DE MARÇO DE 2018.**

No dia sete do mês de março de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Sétima Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN – Praça dos Expedicionários, nº 10 – Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 16ª reunião; 2 – Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - (CBH BS) - Exposição dos assuntos debatidos nas Câmaras Técnicas – Marcio Gonçalves Paulo (representante da SEMAM no Comitê de Bacias); 3 – Câmaras Técnicas – revisão da composição; 4 - Atualização do Regimento Interno; 5 – Relatório Ambiental ZEIS 2 – 11 - Vila Ayrton Senna e 12 - Vila Esperança – análise da C.T. Legislação Ambiental; 6 - Definição de um representante para o Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – FMPRMA; 7 - Projeto Reciclacentro - Marcelo Adriano da Silva - ONG Sem Fronteira; 8 - Comunicados da Secretaria; 9 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Marcio Gonçalves Paulo - SEMAM II; Marcos P. Bandini – SESEG; Telma da Conceição C. D. Alves – SEDUC; Alexandre Magno – SEFIN; Guilherme Manzano Barbosa – SEMES; Romilda Lorenzo Gomes – SETUR; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Juliana Maria de Souza Freitas - SEDURB; Ana Paula C. Machado – COHAB; Marly Alvarez Cimino – PRODESAN; Eduardo Simabukuro – CET; Fernando S. Cortez – Unisanta; Mariângela Oliveira de Barros – Unimonte; Paulo José Ferraz A. Jr. – FATEC; Vivian F. Mendes Merola - Unisantos; Cleide Barbieri de Souza – Unilus; Alba M. G. Kannebley – A.C.S.; Ademir Salgosa Junior – CREA; Domingos Mariotti Tringali – AEAS; João Guedes Neto – Sindicato dos Engenheiros; Patrícia Trindade do Val – OAB; Fábio Antonio Boturão Ventriglia e José Roberto dos Santos Fernandes - ASSOC. SURF; Renato Prado e Ibrahim Tauil – CONCIDADANIA; William Schepis – Ecofaxina. Foram justificadas as ausências de: SEMAM I; SEDES; CIESP; ABES. Ausentes: SESERP; SIEDI; SEAS; SECULT; SERIC; SAPIC; Fundação Mokiti Okada; Soroptimistas Internacionais de Santos; COMEB. Participaram os convidados: Marcos Libório e Paulo Marco de Campos Gonçalves - SEMAM; Eduardo Kimoto Hosokawa – SEDURB; Dionísio Matheus Andrade – Fórum da Cidadania; Gabriela Haydée de Castro Nogueira – Associação Santos de Surf; Vitor Fontes Young – UNIFESP; Fabiana Oliveira – REABS; Élio Lopes. O presidente deu início à reunião cumprimentando todos os presentes. Perguntou se alguém teria algo a se opor quanto à ata, enviada por e-mail para leitura prévia. A ata foi aprovada por unanimidade. Passou ao item 4 e Sra. Patrícia/OAB sugeriu que seja enviado um formulário aos conselheiros no modelo do formulário do Comitê de Bacias, com prazo de 30 dias para recebimento das sugestões de alterações do regimento e mais 30 dias para análise da Câmara Técnica de Legislação, com possibilidade de prorrogação. Voltou ao item 3 e explicou que essa é uma atualização das Câmaras Técnicas, segundo o regimento, uma vez que há vagas, inclusive por aposentadoria. Sr. João Guedes/Sindicato dos Engenheiros lembrou que cabe verificar se os atuais inscritos querem abrir mão de suas vagas. O presidente leu a composição atual. Sr. Renato/Concidadania disse não possuir conhecimento jurídico e que gostaria de migrar para outro Câmara. Sr. Fábio/ASS disse que se houver algum interessado, a Associação de Surf coloca sua vaga à disposição. Quanto à secretaria Sedes, Sr. Marcio Paulo/Semam explicou que basta alterar para Segov, já que foi aglutinada a ela. Sra. Mariângela/Unimonte informou que tem interesse em participar da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentado. Sr. Renato perguntou se há objeção em dois membros da mesma entidade participarem da mesma Câmara Técnica. Sr. João Guedes respondeu que por ética, não é adequado e Sr. Marcio Paulo que não há impedimento legal, mas bom senso. Sr. José Roberto/ASS solicitou que durante a análise, tentem resolver

logo na primeira reunião. Sra. Patrícia/OAB informou que não é necessário quorum para a votação dos interessados, já para a reunião da Câmara são necessárias no mínimo três pessoas, que depende das agendas dos membros, o que pode dificultar sua realização. Sr. Ibrahim/Concidania disse ter intenção de continuar na de Desenvolvimento Sustentado. Perguntou como fica a exclusão por falta dos conselheiros que não têm comparecido e o presidente disse que é um assunto a ser verificado e revisado no regimento. Sra. Patrícia sugeriu revisar a clareza do texto. O presidente disse que será oficializado na próxima reunião e voltou ao item 2 da pauta, convidando Sr. Marcio Paulo a ter a palavra. Ele atualizou os informes, nesse momento estão recebendo os projetos do Fehidro, até sexta-feira às 17h00, e que a prefeitura enviou três. Sr. Ibrahim sugeriu que as câmaras também se reúnam para apresentar projetos, não apenas para responder e resolver problemas. O presidente esclareceu que os próprios membros podem se manifestar e se reunirem. Sobre o item 5, Sra. Patrícia explicou que realizaram a análise e deram prosseguimento ao processo. Sra. Marly esclareceu que se trata de complementação da análise iniciada no ano passado. Sr. Domingos leu o parecer, que descreve o caso. Sr. José Roberto perguntou qual o nome e ele respondeu "análise do risco geológico e hidrológico" e Sra. Marly explicou sobre as alterações na área. Sr. José Roberto perguntou se era manguezal e Sr. Domingos disse que se localiza perto do campo do Jabaquara, área de proteção ambiental. Sr. Bandini explicou que na década de 90 foi implantado pela COHAB e agora passa por processo de regularização fundiária. As análises foram feitas pela Defesa Civil e a Sedurb é a responsável. Vem acompanhando desde 2011, a rede de drenagem não recebeu manutenção por anos e agora o projeto está encerrado e 100% executado, os problemas de alagamento na área estão equacionados. No entorno, serão equacionados com o programa Santos Novos Tempos. No ponto de vista geológico, foram mangues aterrados, o Rio São Jorge chegava até ali, e, toda a região, Bom Retiro, Caneleira, foi aterrada e o canal da Av. Jovino de Melo hoje recebe águas que antes não recebia. Sr. José Roberto apontou que se não alertarmos as entidades com quem trabalhamos, não terá fim, e essa área passou a ser povoada pelo narcotráfico. Sr. Ibrahim explicou que trabalha com treinamento esportivo na área e conhece o problema das drogas no Morro do Tetéu, o qual foi documentado pelo vereador Evaldo. O conjunto Caneleira 4 faz atividades com as crianças em parceria com o Sesi, a área está impermeabilizada e sem equipamentos e sua sugestão é que o Comdema formule um documento para a Cohab, CDHU, que priorize áreas verdes e mais cuidados quanto à invasão dos morros e recomendará os equipamentos no Conselho de Ação Social. Sr. Ademar informou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo prevê a impermeabilização. Sr. Ibrahim disse que se o Comdema tem o poder de deliberar sobre o assunto, fica a sugestão. Sr. William/Ecofaxina explicou que o Rio dos Bugres tem sido aterrado por entulhos da construção civil que chegam em caminhões, o que diminui o escoamento das águas, seja por chuva ou maré, há casas de alvenaria que existem há 30 anos e hoje em dia estão sendo inundadas porque a situação mudou. O programa Santos Novos Tempos não incluiu a recuperação das áreas de mangue e do canal natural, da Faria Lima à Capela inunda mesmo sem chuva. Sr. Paulo/SMS perguntou se a Cohab construiu em área irregular, há 40 anos. Sra. Ana Paula/Cohab, que trabalha há 30 anos na empresa, explicou que foram lotes urbanizados, essas duas áreas, Caneleira e Zona Noroeste eram áreas de mangue, com rios. O trâmite de regularização é demorado, a mais recente, Caneleira 4, foi aprovada com inclusão de índice de áreas verdes e está sendo entregue em fases, por dificuldade quanto aos recursos. Em relação à escola, a Prefeitura se mobiliza para atender a população que será assentada, mas nunca há dinheiro para realizar a ação do início ao fim e entre a desocupação da área e o início das obras, elas são invadidas novamente. Quanto aos entulhos, talvez tenha melhorado com a nova lei; quanto à

segurança, antes não havia perigo, hoje a realidade é outra. Como em outros departamentos do governo, sente como se estivesse "enxugando gelo". Sr. William discordou quanto aos entulhos e sugeriu um projeto que trabalhe com os jovens como agentes de transformação, por meio do 3º setor que possui mais permeabilidade que o governo e que sejam elaboradas políticas públicas, para tal é preciso ter vontade política. Exemplificou com a costa da Flórida à Carolina do Norte, área de furacões, onde diversos serviços ambientais são prestados, financiados por fundo perdido do Banco Mundial e que a Defesa Civil ficou feliz com essa possível parceria, os caminhões jogam entulhos diariamente e a Prefeitura precisa olhar a mais importante área de ecossistema, os mangues, como olha para as praias. O presidente perguntou se o parecer estava aprovado e todos concordaram. Em relação ao item 6, explicou que com o desligamento da Profª Norma Padilha da Unisantos, deveriam indicar nova representação ao Fundo de Meio Ambiente. Sr. Marcio Paulo ressaltou que foram eleitas entidades, portanto, esse critério deveria ser respeitado e a substituição ser pela nova representante da Unisantos, Sra. Vivian Merola. A secretária informou o horário da reunião ordinária, que ocorre na primeira sexta-feira do mês, às 9 h. Sra. Patrícia e Sra. Marly, conselheiras do Fundo de Meio Ambiente, destacaram a importância de disponibilidade e compromisso nesse horário, por conta da necessidade de reunir quorum mínimo para validação da reunião e que há flexibilidade quando há feriados, por exemplo. Sra. Vivian respondeu que compreendeu e aceitou a substituição, aprovada pelo plenário. Em seguida, Sr. Ibrahim registrou sua indignação sobre o tempo disponibilizado para perguntas e considerações, 2 minutos, na audiência pública marcada para a noite desse dia, sobre Resíduos Sólidos, organizada pelo IPT, Sr. Élio concordou. Sobre a presença do Secretário no Comdema, Sr. Marcio Paulo informou que estava em outro compromisso, "Investe São Paulo", representando o prefeito, e viria em seguida. O presidente convidou Sr. Marcelo Adriano para apresentar seu projeto e ele agradeceu a todos e à oportunidade de colocá-lo em prática, oportunidade da sociedade ver o catador com outros olhos. O resultado está sendo positivo e com pouco se consegue mudar a vida dessas pessoas. Relatou que em audiência pública, na Câmara de Vereadores, na noite anterior, passou por um episódio lamentável, pois para adentrar era necessário apresentar documento pessoal e muitos catadores não os possuem, também alegaram que entre eles poderia haver um "louco". Entraram 15 dos 31 e concluiu que era voltada aos empresários. Após conversar com o vereador Furtado, os demais catadores entraram. Outras pessoas também não foram permitidas de entrar, sendo que havia lugares. Desculpou-se pelo desabafo e continuou explicando que quando o resíduo tem valor de revenda, todos querem e que a manutenção da ONG se dava por meio de contratos, que estão sendo quebrados, pois há empresas que têm recolhido sem cobrar, porém, não asseguram a destinação correta. E há clientes que querem que a ONG vá buscar os resíduos, gratuitamente, não entendem que precisam de verba para continuarem ativos. A prefeitura, para a qual presta contas mensalmente, apoia o projeto das Recicletas, mas não nos custos da ONG. ONGs são sem fins lucrativos, entretanto, o pagamento de taxas é muito alto. Sr. Ibrahim perguntou se o orgânico não é considerado reciclável e disse que deposita o dele na composteira do Fórum da Cidadania. Sr. Marcelo respondeu que entende que sim, que também reeducam as pessoas, uma vez que moramos em um planeta limitado, e não existe "fora" ao jogar resíduos. É preciso rever o consumo e pensar no próximo e o bom do reciclável não é gerar dinheiro, mas trabalho, cerca de R\$ 800,00 por mês para cada catador, faz muita diferença, além de resgatarem a dignidade. Reciclagem é solução nas comunidades, como disse Sr. William, oportunidade para aqueles que não sabem ler e escrever. Apresentou um vídeo sobre o projeto e ressaltou que é difícil levar os catadores a eventos, pois preferem usar esse tempo para trabalhar e

produzir e a liderança dos catadores precisa ser forte, porque eles desistem facilmente. Sr. Ibrahim fez 3 sugestões: moção de repúdio à Câmara pelo fato relatado, empresas que recolham o orgânico, com tratamento de separação e sem tratamento térmico, e minimizar e até isentar a ONG de impostos. Sr. Paulo/SMS citou que visita a ONG por conta da Segurança do Trabalho e que além das taxas municipais, paga 20% de INSS. Sr. Marcelo Adriano pediu ao Secretário e a um vereador atenção a esse trabalho, não sente como prioridade, os condomínios não são obrigados a contratar, os comerciais, sim e o serviço que prestam é melhor que muitos que estão no mercado e cobram mais caro. Atualmente são 65 cooperados, se chegar a 200, há vagas, mas é uma disputa desigual com empresas. O presidente, aproveitando a presença do Secretário e colocou que o cenário é de receita reduzida e custos altos, perde-se na logística ao levar o material para fora da cidade e sugeriu incentivo a indústrias de recicláveis. Sr. Marcos Libório disse ser totalmente plausível o fomento à reciclagem e organização dessa oferta, que até pouco tempo acontecia de forma voluntária. O projeto Recicla Santos vem organizar a reciclagem e a participação dos grandes geradores, antes a cidade arrecadava 3%, hoje, mais que o dobro, de 300 T para 700 T, o que torna viável essa instalação. As ONGs têm dificuldades e a prefeitura tem feito Termos de Cooperação, também com a Concidadania, a 3ª não foi aprovada por falta de documento, destacou que as ONGs também precisam se organizar melhor. Está muito focado a dar continuidade, inclusive no vértice social. O que assistiram ontem na Câmara foi um momento muito triste, mas útil pelo debate e atualização dos dados. Tem seguido a política nacional e a lei municipal sancionada pelo prefeito em janeiro de 2017, que deu o prazo de 90 dias úteis para implementação. Fizeram encontros presenciais para explicá-la e nesse momento vem do encontro no Parque Bañeário, onde aferiu com eles a abrangência do entendimento da lei, os santistas têm conhecimento do que está previsto em lei, não foi colocada taxa de cobrança. O mercado está em acomodação, e o empresário precisa elaborar um plano de gestão, quando não consegue realizar, precisa contratar quem o faça, com responsável técnico para assinar. O mesmo acontece com outras leis, como o plano de acústica, é preciso contratar para esse serviço. E é o único impacto econômico, previsto em lei. Hoje a Secretaria conta com 43 estagiários, com o serviço prestado pela Concidadania e os veículos de mídia que educam a população. Perguntou em que momento estamos em Santos. Ou vamos para frente ou somos engolidos, é uma grande responsabilidade quanto aos resíduos sólidos, diminuídos de 2000 T por mês de resíduos para o aterro, sem contabilizar os referentes aos programas. Há uma mudança, que precisa de sinergia, já discutida em vários fóruns, ou retornam ao dia 2 de janeiro de 2017. Para o orgânico, por força de contrato, existem dois tipos de coleta, mas já temos projeto piloto de compostagem, com verba da União, terceiro lugar entre 2 mil concorrentes. Hoje o credenciamento será às 18h30, na audiência da Praia Grande sobre esse assunto. Existem várias soluções para o volume, é preciso contabilizar estratégias de redução nas cidades da Baixada. Disse que gostaria de contar com a presença de todos para que a audiência seja pacífica e organizada, a fim de evoluírem. Não estamos agregando custos, o comerciante há pouco não sabia o quanto gerava de resíduos, se ficar abaixo de 120 quilos por dia, o que não é plausível para lugar nenhum do mundo, não precisa contratar e apresentar projeto de gestão, podem ser recolhidos pela prefeitura. Exemplificou com as bordas que sobram da pizza, a pessoa não paga na hora, todos pagam, os produtos que foram utilizados para sua produção, impostos, etc. É preciso atender o pilar social, há distanciamento de interesse quanto ao tema. O representante da Sefin concordou, ninguém entendeu nada, sugeriu abrir a lei e perguntar qual o artigo que não entenderam. O Secretário explicou que responsabiliza o grande gerador a gerar menos ou ter que fazer essa contratação, é preciso organização e avançar nos projetos sociais e quer mais que as duas ONGs

conveniadas atualmente. Agradeceu a colaboração de todos que separaram um tempo para participar do Comdema ou permanecerão nos mantras dos "contras", o que não é justo. O uso de bicicletas em geral e das recicladas também tem que ser estimulado. Também eliminar a oferta de recicláveis nos contentores para tirar essa atração dos catadores de rua que vasculham e sujam a cidade. Sra. Vivian perguntou sobre qual era a expectativa sobre o a quantidade no plano e quanto foi atingido. O Secretário respondeu que são 76 grandes geradores comerciais e mais 20 processos em andamento. A expectativa, de 2000. Sra. Vivian respondeu que, sendo assim, o caminho é longo e o Secretário disse que a verdade estará entre esses dois números. Sr. Élio parabenizou a Semam de Santos, que está no caminho correto e que veio a essa reunião em função da audiência pública. O Estado não tem esse entendimento, visível ao contratar o IPT, que opta pela incineração. Cidades com mais de 50% de orgânico utilizam gestor anaeróbio e 1/3 vira adubo orgânico. Basta comparar vantagens e desvantagens, o biológico tem muitas vantagens, até o próprio custo. Além da logística, o transporte da incineração aumentará de dois para três aterro, um para resíduos perigosos, cinzas e lama. É carta marcada, e precisam firmar o posicionamento da prefeitura e do Comdema ao se contrapor, como fizeram no Guarujá. Trata-se de um processo anacrônico, que Alemanha e Áustria não utilizam mais, hoje usam o biológico. Em São Francisco também, relatado pelo palestrante convidado pela Semam. O argumento do IPT é o volume, mas se a lei for aplicada, será diferente, pois ela visa reduzi-lo. Não irá à audiência porque terá apenas dois minutos para falar. Sr. Marcos Libório disse que participou como apoiador dos encontros do IPT para conhecer as resoluções, e ressaltou que o plano de governo de Santos é contra incineradores, que também produz rotas térmicas. Esse é um estudo, o que vai acontecer vem depois das resoluções políticas e econômicas. O Sítio das Neves já sofreu extensão e sua batalha é pelo pacto de políticas públicas com os Secretários de Meio Ambiente da Baixada, respeitando a hierarquia, buscando tecnologias com caminhos de acerto e gostaria que existisse associação de Secretários de Meio Ambiente do estado de São Paulo. E destacou que sejam considerados os trabalhos sociais. Sr. Paulo/SMS explicou que acompanha a ONG Sem Fronteira e acha absurdo o pagamento de impostos, dinheiro que poderia ser reinvestido. Sr. José Roberto/ASS disse que como empresário, ao contratar, também gera taxas e ele quer ser sustentável e não sustentado. Sr. Marcelo relatou que o perfil dos catadores é complicado, são 180 catadores cadastrados na Secretaria de Assistência Social, apresentam problemas com álcool, drogas, doenças sexualmente transmissíveis e essa é uma opção de trabalho organizado para eles. Sr. Ibrahim subscreveu as palavras do professor Élio quanto ao elogio a Semam e à orquestração quanto à incineração, lembrando que um antigo presidente da Cetesb se colocou a favor, que a Praia Grande dispôs espaço para implementação da usina e o prefeito de São Vicente também concorda. A vereadora Telma apresentou projeto que proíbe incineração em Santos e perguntou se a lei também não deveria incluir os orgânicos. Sra. Patrícia respondeu que a lei já o faz. Ele continuou e contou que cidades que utilizam incineradores, já têm contratos cancelados por falta de matéria-prima e estão optando pelo sistema anaeróbico, sem 1 centavo público e que a Terracom poderia instalar um biodigestor, transformando em energia. Quem opta pela incineração está marcando o nome para a história, de maneira equivocada ambientalmente. Lembrou que pelo Comdena conseguiram suspender o mata-mato e o prefeito veio a público para que ele retorne, também sugeriram contratação de pessoas em situação de rua com verba do Fundo de Meio Ambiente e também do IPTU verde. Sr. Marcos Libório explicou que a Lei 952 contempla separação dos orgânicos, observa seco, o reciclável, e orgânico, e que o processo ainda está caminhando. Sr. Élio sugeriu uma grande estação de triagem, até na Alemanha há mistura de resíduos e lá a política é não morrer de frio, a energia utilizada serve a vaporização para calefação,

por isso usam os resíduos que produzem mais calor, como papel, e não os vegetais. O IPT é favorável porque tem convênio com essas fábricas alemãs que vendem os equipamentos e ele sabe porque já trabalhou lá. Um incinerador custa mais de 500 bilhões. O Secretário completou que este valor nem conta com a manutenção. Sra. Patrícia disse que está sendo discutido na audiência pública é válido quanto à destinação, mas sua preocupação é que não haja a principal discussão, sobre não geração de resíduos. Qual a postura de Santos? Essa é a da OAB, ou nem essa usina vai dar conta. Sr. Élio colocou que foi arquitetado pelo estado, que esperou chegar a ponto crítico para não encontrar outra solução. O Secretário disse que concorda com a OAB, estão buscando outro caminho, com fortalecimento da separação dos recicláveis, responsabilidade da Logística Reversa, pontos de entrega voluntária, que precisam ser replicados a nível regional. Santos tem a maior parcela, preza para que haja união, que a hierarquia seja respeitada, e trabalhem com licenciamento ambiental. Passou o ano inteiro explicando a responsabilidade ao cidadão. O âmbito Federal não dá contrapartida, como os custos das ONGs, por exemplo. Sr. Marcio Paulo esclareceu sobre a lei do ICMS ecológico, foi aprovada pela Câmara mas a Secretaria de Finanças orientou o veto, pois não pode vincular essa receita ao Fundo de Meio Ambiente, pois é inconstitucional, o que já foi comunicado na reunião anterior. Quanto à lei municipal que especifica o recolhimento das lâmpadas fluorescentes, que são vistas descartadas nas calçadas, o secretário explicou que a fiscalização muita quando identificado, em flagrante, o que nem sempre é possível, pois muitos jogam na porta dos outros e muitas vezes as pessoas divulgam nas redes sociais, mas não avisam a Semam. Hoje são oito fiscais para tudo, já solicitou ampliação do quadro, que seria por concurso, e por enquanto estão investindo em inteligência por equipamentos digitais e computadores. O presidente disse que os comunicados da secretaria estão sendo enviados por e-mail e passou aos Assuntos Gerais, atualizando os assuntos das reuniões anteriores. Em relação à erosão nas praias, o Secretário disse que já está no 10º bag e a obra avança já com percepção de mudanças na formação de ondas do mar. O geotextil é inerte, resistente e fixado em tapete, tem tudo para ter êxito. A Cetesb dispensou o licenciamento na parte processual e, com o atraso quanto a essa celeuma, os trabalhos estão sendo acelerados e a população tem agradecido. A respeito da Comissão de Mudanças do Clima, passou a palavra ao Sr. Eduardo Kimoto que explicou que o foco é desenvolver o projeto com técnicos do Ministério do Meio Ambiente, que virão à próxima reunião para dar seguimento ao que está sendo realizado em cooperação Brasil Alemanha. O primeiro passo é atualizar o plano, que possui eixos multidisciplinares, não o recebendo pronto, mas desenhando-o junto ao Ministério. Estão sendo sugeridos outros projetos como a recuperação do mangue, já validado por telefone pelo Ministério. O Secretário destacou que o manguezal tem sido um dos focos levados nas esferas. Participará do Fórum Mundial da Água em Brasília e anunciou que a técnica do Ministério estará no auditório da prática proferindo palestra pelo programa Santos Sustentável. Sr. Ibrahim sugeriu que o Comdema reforce a necessidade de mais fiscais à prefeitura. O presidente respondeu que estudarão como irão se manifestar. Sr. Dionísio/Concidadania lembrou que a Concidadania apresentou sugestões para substituir o veneno do mata-mato e o presidente respondeu que foram enviados à Secretaria de Serviços Públicos. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata, contendo seis páginas, que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JÚNIOR
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária